

**“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”<sup>1</sup>: ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado**

*"On the wall of memory, this memory is the picture that hurts the most": parental absence and the subjective consequences of forced disappearance*

*"En el muro de la memoria, este recuerdo es la imagen que más duele": la ausencia parental y las consecuencias subjetivas de la desaparición forzada*

**Caroline Rios Costa<sup>2</sup>**

 [0000-0002-8108-5063](https://orcid.org/0000-0002-8108-5063)

**Resumo:** Nas ditaduras, o desaparecimento forçado representava a aniquilação total do inimigo. Para quem ficava, especialmente crianças, restava lidar com a impossibilidade do luto, a ausência repentina, e a incompreensão da militância X repressão. Este texto pretende analisar como a ausência parental por desaparecimento alterou a dinâmica dos infantes durante a ditadura brasileira (1964-1985). Como fontes, teremos o filme *15 filhos*, os relatórios finais das Comissões da Verdade Nacional e de São Paulo e o livro *Infância roubada*.

**Palavras-chave:** Ditadura militar brasileira. Infância. Desaparecimento forçado. Memória.

**Abstract:** In dictatorships, forced disappearance represented the total annihilation of the enemy. For those left behind—especially children—there remained the impossibility of mourning, the sudden absence, and the inability to comprehend the conflict between activism and repression. This text aims to analyze how parental due to disappearance altered the dynamics of children’s lives during the Brazilian dictatorship (1964-1985). Our sources will include the film “15 Filhos”, the final reports of National and São Paulo Truth Commissions and the book “Infância roubada.”.

**Keywords:** Brazilian military dictatorship. Childhood. Enforced disappearance. Memory.

**Resumen:** En las dictaduras, la desaparición forzada representaba la aniquilación total del enemigo. A quienes quedaban atrás, especialmente a los niños, solo les quedaba lidiar con la imposibilidad de hacer el duelo, la ausencia repentina y la incompreensión de la diferencia entre militancia y represión. Este texto pretende analizar cómo la ausencia parental por desaparición alteró la dinámica de los niños durante la dictadura brasileña (1964-1985). Como fuentes, contaremos con el filme “15 hijos”, los informes finales de las Comisiones de la Verdad Nacional y de São Paulo y el libro “Infancia roubada”.

**Palabras-clave:** Dictadura militar brasileña. Infancia. Desaparición forzada.

<sup>1</sup> Trecho da música "Como Nossos Pais", de 1976, composta por Belchior e imortalizada na voz de Elis Regina.

<sup>2</sup> Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. *Lattes:* [8320853295225668](https://lattes.cnpq.br/8320853295225668) - *E-mail:* [carolriosc@gmail.com](mailto:carolriosc@gmail.com).



## **Introdução**

Na ocorrência de uma ausência permanente, seja por deslocamento (guerrilha ou exílio), morte ou desaparecimento, o núcleo familiar ganha um buraco permanente, que muitas vezes não conseguirá ser preenchido por completo. O exílio dá uma perspectiva que, por mais que demore e o contato seja pouco, um dia será retomado ou mesmo se pode ir até o exilado para estarem juntos novamente. No caso da morte, a lacuna é presente, sem chances de reversão ou diminuição, mas há algum tipo de encerramento, pois se sabe que aquela pessoa de fato está morta, não há chances de volta e o luto é um caminho possível. Contudo, quando a ausência se trata de um desaparecimento forçado, a ruptura é tamanha e profunda. Isso se dá em função da incerteza e uma latência do que realmente aconteceu com a pessoa, como foram seus últimos momentos, onde ela está, quem teve contato com ela pela última vez ou quem sabe de algo, tudo sobre os passos daquela pessoa se tornam um mar de desconhecimento praticamente perpétuo. Dessa forma, não só o devido processo de luto é inviabilizado, mas também a manutenção da memória e da humanidade através do corpo é impedida em algum grau.

Crescer sob uma ausência envolta em mistério, que não há chances de ser mudada e que não se tem materialidade para fazer “a ficha cair” em muitos casos acabou imbuindo na própria individualidade dessas crianças a aura de mistério e incompletude. O elo das memórias com a pessoa morta que os parentes adultos possuem por vezes não é uma opção para os pequenos, já que ou suas memórias são um tanto embaralhadas pela idade, ou mesmo não há nenhuma memória produzida por si, quando a ausência se dá quando bebê ou antes de nascer. As lembranças que talvez possuem são uma espécie de herança, vinda de outros familiares, amigos e companheiros de luta, de traços de um passado que não passa ou mesmo nunca vivido. Assim, o vazio que fica não é só o do corpo para enlutar e relembrar futuramente, mas também o desconhecimento sobre quem aquela pessoa era no dia a dia, a individualidade que a tornava única e que fotos ou histórias contadas não são capazes de preencher.

É justamente em virtude de a família ocupar um lugar tão vital e fundamental durante a primeira fase da vida que qualquer alteração nesse ambiente, temporária ou permanente, tem o potencial de abalar o desenvolvimento da subjetividade e individualidade, pessoal e



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

coletiva, dos infantes. A maneira como tais acontecimentos vão afetar no curto, médio e longo prazo é impossível de prever, pois são muitas as possibilidades e desdobramentos, além da própria passagem do tempo, que fornece novas lentes de leitura para o vivido. Assim, o mais próximo que se pode chegar para que se entenda todas as camadas existentes nesse tipo de experiência é necessário que as falas dessas pessoas façam parte dos materiais aos quais se tem acesso. Sem eles, é praticamente inconcebível conhecer tais histórias e os elementos que fazem parte de cada uma delas.

As fontes selecionadas estão todas dentro de um contexto de justiça de transição: a mais antiga, o filme *15 filhos*, de 1996, surgiu com o debate público provocado pela criação da Lei 9.140/95, também conhecida como “a lei dos desaparecidos políticos”. Já as fontes escritas datam da primeira metade dos anos 2010, todas feitas dentro de estruturas oficiais do Estado. Em ambas, há um grande foco nos testemunhos de pessoas que viveram tais experiências nesse período, fazendo com que suas vozes nos contem as histórias dos anos ditatoriais. Se apoiando nos depoimentos presentes nestas fontes, analisaremos a relação entre memória, ausência, trauma e os arranjos familiares divididos em duas partes: na primeira, pensar o ponto de partida, ou seja, a militância dos pais e adultos; e na segunda, o impacto da militância e as consequências da repressão pelo ponto de vista desta segunda geração.

### **Militância e repressão para os adultos**

Em tempos de grandes conflitos, subentende-se que há uma série de rupturas, nas mais variadas instâncias e aspectos, que afetam diferentes campos da vida. Tanto para quem está na “linha de frente” quanto para quem permanece apartado dos embates, tudo é modificado em função do clima de tensão. O mundo que se conhece não é mais o mesmo, o modo de se inserir neste mundo também não o é, e não se sabe como será esse mundo quando este período acabar.

Durante perseguições entre Estado e opositores, havia uma série de situações: batidas policiais inesperadas, fugas, prisões, torturas, morte, clandestinidade. Geralmente, a força estatal é quem tem mais poder numa sala de interrogatório ou cela de prisão, inclusive ao determinar como as horas serão conduzidas e se seu opositor permanecerá vivo ou não. O opositor preso se encontra em posição vulnerável após prisão, sessões de interrogatório e tortura, múltiplas agressões. Segundo a ex-presidenta Dilma Rousseff, é em função disso a



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

noção de que “[...] qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores, compromete a vida dos seus iguais, entrega pessoas para serem mortas. [...] Eu estava num campo e eles estavam em outro. O que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros” (Rousseff, 2021, 1”50’-2”02’, 3”15’-3”18’).

No caso das ditaduras do Cone Sul, o inimigo e/ou opositor a ser combatido era interno. Apontados pelo sistema que detém o poder, determinados grupos e indivíduos são taxados de inimigos, acusados de tentar destruir a realidade, e implementar ou disseminar ideias políticas indesejáveis. Nesse cenário, o lado de maior força é representado por forças militares e generais presidentes, e os inimigos internos com alvo na testa são comunistas e “esquerdistas”.

Fosse em uma emboscada em local público, cadeias ou salas de tortura, nem sempre a morte era acompanhada de um corpo, ou da publicização da informação sobre ela. A pessoa morreu, mas é como se não tivesse morrido, ou sequer tivesse passado por ali, pois não havia informações sobre como ocorreu, quando, local, quem estava presente ou se tornou testemunha, o corpo ou o que fosse. Assim, a família e aqueles que ficaram devem lidar com uma ausência incorpórea e sem conclusão, que por vezes só era descoberta depois do ocorrido.

A consciência de que poderiam sofrer fisicamente, inclusive morrer, era algo presente e fazia parte de sua própria motivação política, ao entenderem que o que faziam, e o possível sacrifício de suas vidas, não era algo em vão. Uma demonstração pode ser vista em uma carta escrita pela militante da Guerrilha do Araguaia e desaparecida política Telma Regina Cordeiro Corrêa (*Apud* Sousa & Adão, 2017, p. 263-264):

Agora sabemos que nossa passagem pelo mundo foi importante. É necessário estar-se convicto para poder de sã consciência abdicar da vida privada, particular, para dedicar-se de corpo e alma a uma coisa política universal... Estamos muito felizes... Esta foi a vida que de livre e espontânea vontade escolhemos... [...] Quero que meus sobrinhos se orgulhem de mim... Quero que eles, ao serem adultos, desfrutem daquilo que me esforcei para deixar para eles...<sup>2</sup>.

Conscientemente, a morte era um futuro possível para aqueles que decidiram pelo caminho do engajamento político, oposição, e principalmente, da luta armada. Com o acirramento do regime no final dos anos 1960, a possibilidade de desaparecimento forçado

<sup>2</sup> Telma Regina Cordeiro Corrêa era militante do PCdoB) e chegou ao Araguaia em 1971 com o marido, também militante e desaparecido político Elmo Corrêa. Sua morte ocorreu em janeiro ou setembro de 1974. Tinha 27 anos no momento de sua morte.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

também passou a ser uma realidade no caso de um desfecho desfavorável com as forças repressivas. Assim, para Desirée Azevedo (2019, p. 242),

As prisões, cassações, torturas, assassinatos, exílios e desaparecimentos perpetrados pela Ditadura seriam denunciados como instrumentos mobilizados para excluir oponentes e interditar a luta política pelo meio da violência. Era a guerra total contra o ‘inimigo interno’ da qual falava a Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, a escolha que o militante fazia de forma consciente e motivada por uma atuação política afetava de modo variado seu entorno, especialmente família e amigos, pois eram esses que acabariam por ter que lidar com o após de uma morte ou desaparecimento. Por mais que não pudessem não ter uma noção clara de todas as consequências, e das distâncias entre teoria e prática, a decisão pela militância política trazia uma consciência de que a violência estatal poderia alcançá-los e que suas vidas seriam substancialmente modificadas. Para os filhos, era ainda mais confuso, uma vez que não tinham ferramentas necessárias para entender boa parte dos fatores que englobavam tal situação, como a própria militância, o embate ideológico entre Estado e resistência, o afastamento ou sumiço repentino e a ruptura subjetiva e emocional que se instalava entre os adultos. Como observou Beatriz Sarlo (2007, p. 109),

Sentir-se abandonado, no caso de filhos de desaparecidos, é inevitável. A tragicidade dos fatos tocou ali onde não havia sujeitos em condições de responder nem de se defender, sujeitos que não tinham escolhido um destino que incluía a morte como possibilidade, sujeitos que pura e simplesmente não estavam em condições de escolher.

### **O desaparecimento forçado na visão dos filhos**

Os caminhos escolhidos por pais, avós e parentes militantes que já se foram pode vir a ser conhecido por seus descendentes, os elementos que os levaram a tais ações serem conhecidos, mas isso apenas toma uma parte do cenário completo que existe na cabeça daquela pessoa. O resto da figura geral pode ser completado com sentimentos de ausência, desconhecimento, confusão entre o que é real ou não, o porquê de aquilo ter acontecido, das sensações que teve a cada camada de informações sobre o ocorrido, além de outros fatores, que muito possivelmente permanecem lá e continuarão sendo a base do conjunto de coisas referente ao morto ou desaparecido. As partes racionais, organizáveis em uma estrutura coerente, a leitura da subjetividade, o peso da idade, são adicionadas ao panorama geral, mas dificilmente ocupam o lugar principal.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

Um exemplo pode ser visto em uma carta de Felipe Santa Cruz (*Apud* São Paulo, 2014, p. 227)<sup>3</sup>, filho de um desaparecido, escrita por ele quando era criança e apresentada no livro *Infância Roubada*:

Eu tenho uma ideia de como era meu pai, devia ser um homem que lutava contra a ditadura militar do presidente Médici que foi uma das que mais teve repressão e morreu como muitos outros que tentaram o mesmo. Eu tenho uma vida feliz, mas ele está na minha cabeça [...] meu pai morreu quando eu tinha dois anos.<sup>4</sup>

Independente de terem conhecido, convivido, criado memórias com quem se foi ou não, a partir de determinando momento a ausência pode ter passado a ocupar um espaço maior do que o de uma possível presença ou memória passada. Para quem sequer teve isso, muitas vezes o que restou foi uma ausência transformada em continuidade, visto que é imutável. Assim, além do entendimento de questões mais complexas, há primariamente o esforço de reconstituir a vida daquele ente, quem foi, o que fez, resgatar as memórias e imagens que porventura exista. Foi dessa forma que, para filhos e netos, se apresentou uma busca que nem sempre tiveram caminhos claros ou resultados efetivos. Esse foi o caso de Tessa (Lacerda *Apud* Nehring & Oliveira, 1996, 13”44’-14”09’)<sup>5</sup>, explicitado na obra *15 filhos*:

Eu tentar construir essa imagem porquê... Eu não sei nada, eu não sei como era meu pai, eu não sei, eu não sei as coisas mais banais. Eu sei o que ele fez e sempre na minha cabeça fica uma coisa grandiosa, de herói. Porque, afinal de contas, ele morreu por um ideal. E ele estava disposto a isso. Enfim, fica aquela coisa gigantesca que... até me oprime um pouco.

<sup>3</sup> Felipe Santa Cruz é filho de Fernando Santa Cruz e Ana Lúcia Valença de Santa Cruz, ele militante da APML, preso em fevereiro de 1974 no Rio de Janeiro, morto sob tortura e desaparecido político até hoje. A família Santa Cruz é conhecida pelo tópico da militância, pois outros tios de Felipe também são ex-presos e torturados políticos, com atuação sobre desaparecidos políticos e memórias da ditadura. Mais recentemente, a própria figura de Felipe também passou a integrar este cenário pois, em 2019, quando ocupou o posto de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o então presidente Jair Bolsonaro fez insinuações sobre a morte e desaparecimento de Fernando, ao qual prontamente rebateu dizendo o seguinte: “Lamentavelmente, temos um presidente que trata a perda de um pai como se fosse assunto corriqueiro – e debocha do assassinato de um jovem aos 26 anos. [...] Minha avó acaba de falecer, aos 105 anos, sem saber como o filho foi assassinado. [...] Por fim, afirmo que o que une nossas gerações, a minha e a do meu pai, é o compromisso inarredável com a democracia, e por ela estamos prontos aos maiores sacrifícios. Goste ou não o presidente.” Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 11 de maio de 2026.

<sup>4</sup> O trecho aparece no depoimento dado pela tia Rosalina Santa Cruz no *Infância Roubada*, de onde é retirado, mas originalmente a carta foi publicada no livro *Onde está o meu filho?: história de um desaparecido político*. ver: Assis (1985).

<sup>5</sup> Tessa Moura Lacerda é filha de Mariluce de Souza Moura e Gildo Macedo Lacerda, ambos militantes. Em 1972, Mariluce e Gildo foram presos em Salvador e torturados, ela já grávida; poucos dias depois, ele foi levado para Recife e assassinado sob tortura. Mariluce permaneceu presa durante mais alguns meses, mesmo grávida. Gildo é um desaparecido político.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

A questão da morte, e especialmente do desaparecimento forçado, foi e é um tópico bastante caro em todos os locais que passaram por experiências de ditaduras militares. No Cone Sul, isso se deu em função de uma estruturação sistemática de violações, seguida de assassinato e ocultamento de opositores políticos feito por instituições e funcionários do Estado, mantidas em silêncio pelos mesmos órgãos e mecanismos estatais. Se isso já não fosse suficiente, ainda houve o fato de que os sistemas repressivos desses países trabalharam em parceria durante quase duas décadas para enfraquecer, atacar e eliminar a oposição política de esquerda dentro e fora de suas fronteiras nacionais, através da Operação Condor<sup>6</sup>. Em maior ou menor grau, é impossível negar que o Estado enquanto instituição foi responsável pelo sofrimento, assassinato e ocultação de cadáveres de centenas de seus cidadãos, e que este mesmo Estado camuflava, mentia e adulterava informações para eximir ou anular sua participação nestes crimes<sup>7</sup>.

As consequências sociais provocadas pelos sequestros, relatos de tortura, morte e desaparecimento eram objetivas: o que se esperava era que servisse de exemplo para que o conjunto da sociedade não se levantasse contra a ordem vigente, caso contrário, qualquer um poderia ser a próxima vítima. Resgatando Desirée Azevedo (2019, p. 232), a ideia era que “Tudo levava a pensar que, na ditadura, qualquer pessoa pode ter sido alvo de desaparecimento”. A força com que o Estado avançava sobre seus oponentes era desmedida se comparada com os militantes, pois estes possuíam à sua disposição uma enorme e complexa máquina burocrática e estatal, largo acesso ao uso público da violência, acordos internos e externos de fortalecimento, e o controle sobre o futuro e a manipulação da verdade. Para a historiadora Ananda Fernandes (2011, p. 95),

O primeiro efeito do desaparecimento é a ausência de responsabilidade judicial perante a vítima. O Estado não poderia ser considerado culpado dessas mortes, pois a sistemática do terror havia sido utilizada: sequestro, tortura, assassinato e

---

<sup>6</sup> A Operação Condor foi uma aliança criada em 1975 por países sul-americanos que viviam ditaduras militares durante a segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980 (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; Colômbia, Peru e Venezuela participaram de modo pontual ao longo de sua existência). O principal objetivo era criar um sistema de cooperação entre as polícias políticas desses países, com ações conjuntas, perseguição de dissidentes além de suas fronteiras nacionais, bem como trocas de informações e conhecimentos, fossem por meios oficiais ou clandestinos.

<sup>7</sup> Recentemente, foi divulgada a análise feita pelo historiador Carlos Fico de um acervo com aproximadamente dez mil horas de áudios de sessões do Supremo Tribunal Militar (STM) ocorridas entre 1975 e 1979, e trechos foram divulgados em matéria da jornalista Miriam Leitão, do jornal *O Globo*. Nos áudios, há o reconhecimento de tortura dentro de instituições militares, e a não investigação ou investigação insuficiente de casos e violações. Disponível em: <https://g1.globo.com> e <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 11 de maio de 2026.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

desaparecimento, todos realizados de forma clandestina. Entretanto, seu efeito mais duradouro e persistente é a ‘rentabilidade do terror’, ou seja, a criação da incerteza máxima na sociedade.

Os mecanismos de silenciamento e dificuldade de verdade e justiça que as famílias vivenciaram durante a ditadura permaneceram presentes sob a ótica democrática, dando não só um caráter de continuidade do sofrimento, uma vez que o desaparecimento forçado é considerado um crime continuado, quanto imprimiram uma aura de eterna impunidade àqueles que os cometeram<sup>8</sup>. No livro *Infância Roubada*, Joca<sup>9</sup> contou sobre sua participação no processo “Guerrilha do Araguaia” Gomes Lund vs. Brasil, dentro da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (Corte IDH/OEA)<sup>10</sup> em 2010, e apareceu exatamente tal questão: “[...] a gente está para cá e vocês estão para lá. Não estamos do mesmo lado, olha. [...] como depois de tanto tempo, tantas mudanças no país e isso não é esclarecido, não é resolvido, não é? É isso o que eu fico pensando, eu falei, poxa! Qual o sentido disso daí, não é?” (Grabois *Apud* São Paulo, 2013, p. 1594). Destacar que os familiares estavam de um lado e os representantes do Estado brasileiro em outro é fundamental para entender a dinâmica dos debates sobre o desaparecimento forçado por razões políticas durante a ditadura, visto que, segundo Azevedo (2019, p. 240), “Assim como o desaparecimento forçado, o desaparecimento político é um termo cunhado para, a um só tempo, circunscrever uma experiência de violência extrema e projetar uma denúncia”.

Sem um desfecho das histórias de suas famílias, suas próprias histórias pessoais também ficam parcialmente inconclusas, em função da rachadura ou buraco causado pela falta desse fechamento. Não apenas se cresceu com a incerteza do que teria acontecido com

---

<sup>8</sup> É importante destacar que, apesar de ser considerado uma grave violação de Direitos Humanos no direito internacional, e crime contra a humanidade quando realizado sistematicamente, o desaparecimento forçado não é tipificado como crime no ordenamento jurídico brasileiro. Contudo, o Brasil é signatário em acordos internacionais que não só reconhecem o desaparecimento forçado como crime, mas também o seu caráter continuado e, portanto, imprescritível. Um destes acordos é a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, da OEA, assinado em 1994.

<sup>9</sup> João Carlos (Joca) de Almeida Grabois é filho de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois, ambos militantes. Todos nas famílias materna e paterna eram militantes. O casal, o avô Maurício e o tio paterno Gilberto foram da Guerrilha do Araguaia, sendo Crimeia a única sobrevivente. Crimeia foi sequestrada e presa com os sobrinhos em São Paulo, e na Oban foi torturada em estado avançado de gravidez. Joca nasceu na prisão, e ainda recém-nascido, foi drogado com tranquilizantes e desenvolveu desnutrição. Na infância, demonstrava uma série de questões psicológicas e físicas em função da tortura sofrida de quando ainda era um feto. André foi assassinado em outubro de 1973, sem nunca conhecer o filho. André, Maurício e Gilberto são desaparecidos políticos.

<sup>10</sup> Instalada em 1979 com sede na Costa Rica, a CorteIDH da OEA é um tribunal regional de proteção dos direitos humanos e uma instituição jurídica autônoma.



seu parente, onde ele está, por qual motivo não foi concedido o direito de um rito fúnebre e um luto tradicional, a marca da ausência nos rostos dos familiares que permaneceram no convívio, mas muitas vezes a perpetuação disso ao longo da sua adolescência, vida adulta é um reflexo do que pode ser sua velhice, visto que para os parentes mais velhos já foi assim. Ademais, para as autoras Cecília Matos, Desirree Santos & Isabel Silva (2012, p. 145-146),

Segundo Ludmila Catela, o desaparecimento pode ser encarado como uma *morte inconclusa*. [...] A categoria ‘desaparecido’ simboliza, ainda de acordo com Catela, uma tripla condição: ‘a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura’. Nesse sentido, a ausência do corpo e de um ritual fúnebre perpetua a dor [...] Assim sendo, o desaparecimento, de certa forma, mata a própria morte.

No caso brasileiro, ao vermos o número oficial de mortos e desaparecidos reconhecidos pelo Estado, assim como a própria dinâmica da militância organizada daquela época, é possível perceber um número desigual entre homens e mulheres. Dos 434 nomes reconhecidos, quase metade, mais especificamente 210 são considerados desaparecidos políticos, e dentro deste número, quase 90%<sup>11</sup> é composto por homens, fazendo com que boa parte das famílias que perderam alguém passassem a ser formadas sem a figura masculina, virando assim uma “[...] família, formada por mães e filhos unicamente, e cujo cônjuge-pai tem presença instável ou apenas temporária, é designada como família matrifocal [...]” (Silva & Silva, 2009, p. 139). Apesar de haver casos de ausência parental por morte e/ou desaparecimento da mãe, a realidade é que na grande maioria dos casos, a ausência é justamente da figura do pai. Em relação ao número de 210 pessoas, é mister destacar que esta é a cifra oficial dada pelo Estado brasileiro, mas, segundo Azevedo (2019, p. 234):

Se o desaparecimento forçado é caracterizado justamente pela ausência de informações, então não deveria parecer normal a falta de domínio sobre o universo de desaparecidos e, conseqüentemente, a descoberta de novos casos? [...] Ao contrário da Argentina, onde o mais aceito e anunciado são as cifras baseadas em estimativas, sugerindo a amplitude do fenômeno e do caráter incompleto das informações, aqui vemos serem anunciadas, por todos os distintos atores envolvidos com o tema, apenas cifras precisas, sugerindo um fenômeno não só restrito, como também apreendido em sua totalidade e nas individualidades que o constituem.

O debate sobre o número oficial e a possibilidade de o número real ser diferente e maior que este é apontado pela própria Comissão Nacional da Verdade (CNV) em seu

---

<sup>11</sup> Do total de 434 mortos e desaparecidos políticos reconhecidos, há apenas 49 nomes de mulheres, representando assim uma maioria de aproximadamente 88% masculina.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

relatório final. Diferentemente de outros países<sup>12</sup>, a contagem de mortos e desaparecidos no Brasil é baseada nos casos em que é possível fazer o reconhecimento do indivíduo, de onde veio, como, onde e quando ocorreu sua morte. No volume III, aquele dedicado aos mortos e desaparecidos políticos, é dito logo em sua apresentação e na introdução que

Para a Comissão Nacional da Verdade, o rol de vítimas aqui exposto não é definitivo. As investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período enfocado pela Comissão – de 1946 a 1988 – devem ter continuidade e, notadamente no que se refere à repressão contra camponeses e indígenas, a produção de um quadro mais consolidado de informações acarretará a identificação de número maior de mortos e desaparecidos. [...] Os perfis deste volume III do Relatório não esgotam a lista de mortos e desaparecidos no período de pesquisa compreendido pelo mandato da CNV – de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Por sua natureza, essa lista encontra-se aberta a investigações futuras (Brasil, 2014, p. 25).

Independentemente de ter sido o pai, a mãe, o avô, um tio ou qualquer outro o grau de parentesco, ser membro de uma família marcada pela tragicidade de uma morte violenta por fatores políticos e, especialmente, por um desaparecimento forçado, adiciona uma espécie de carimbo que dificilmente poderá ser retirado. O que está sendo discutido aqui não é o nível causado no indivíduo a depender do tipo de relação familiar, se era um pai, um avô ou uma tia, mas sim o fato, irrevogável, de que uma morte violenta altera a realidade de modo geral. A impossibilidade de alteração se dá justamente pela morte ser imutável, e assim, a condição gerada por ela é permanente. Mesmo que os restos mortais sejam encontrados, o modo como se deu a morte e o tempo que permaneceu desaparecido não se altera. É a partir desta ruptura que parte do entendimento sobre quem são está baseado, tanto que para Telma<sup>13</sup> “A morte do meu pai mudou completamente a minha vida. A partir daquele momento sabia exatamente de quem eu era filha, como meu pai tinha morrido” (Lucena & Ângela *Apud* São Paulo, 2014b, p. 84), mostrado no *Infância Roubada*.

<sup>12</sup> Um exemplo é o caso argentino. Lá, a cifra oficial de mortos e desaparecidos conta na casa de mais de 9.000 pessoas. Contudo, o número mobilizado por movimentos sociais e organizações de Direitos Humanos falam de 30.000 pessoas, pois levam em conta as violências cometidas contra grupos sociais que estavam a margem da estrutura burocrática do Estado ou mesmo mortes e desaparecimentos que não conseguem cumprir o rito burocrático completo.

<sup>13</sup> Adilson, Denise e Ângela Telma Oliveira Lucena são filhos de Damaris Oliveira Lucena e Antônio Raymundo de Lucena, ambos militantes. Além dos três, o casal tinha um filho mais velho, Ariston, militante desde a adolescência. No final dos anos 1960, toda a família entrou para a clandestinidade. Em 1970, Antônio foi assassinado e Damaris torturada na frente das crianças. Após, Damaris e as crianças ficaram presas até serem trocados pelo cônsul japonês e se exilaram em Cuba. Enquanto a família estava presa, Ariston, foi preso, torturado e condenado a pena de morte, e só foi libertado em 1979. Antônio é um desaparecido político. Ariston faleceu em 2013, vítima de infarto.



Para a geração posterior, foi reservado um papel específico nas histórias e lutas de memória sobre a ditadura. Independentemente de terem vivido os anos ditatoriais ou não, sua participação é tida no máximo como secundária, quando não um como elo hereditário. Com o passar do tempo, eles acabaram se posicionando em dois grupos de forma concomitante. O primeiro grupo está ligado ao indivíduo que se foi, e deste modo, como afirma Beatriz Sarlo (2007, p.111), “Sua colocação diante do passado é reconstitutiva num sentido forte: recuperar aquilo que o pai foi como pessoa, não simplesmente aquilo que foi como pai em relação às filhas. Nesse e em outros casos, entender significa pôr-se no lugar do ausente”. O segundo está relacionado ao momento presente e futuro, sobre sua inserção em um contexto mais amplo, tendo em sua bagagem a experiência da morte ou desaparecimento familiar. Neste cenário, para Victoria Martínez, “Se constrói social e historicamente uma identidade a partir da ausência: familiares de, [...] filhos de, irmãos de, é a dor do vínculo perdido que os dá entidade no social e os posiciona em sua luta pela verdade e pela justiça, é seu lugar de resistência”<sup>14</sup> (*Apud* Bauer, 2011, p. 388, *tradução livre*).

Ambas as vertentes, por atuarem simultaneamente nas subjetividades desses indivíduos, possuem características e aspectos em comum. Costumeiramente, sua primeira identificação social é a partir da sua família, ligando o sujeito ao parentesco de alguém mais velho conhecido naquele meio. Assim, apesar e até a despeito da presença do parente ao qual é relacionado, raramente se deixa de ser em parte “fulano, filho de alguém” ou “parente de tal pessoa”. Quando, a partir da morte trágica e violenta provocada pelo Estado, passaram a lutar e advogar em busca de informações, memória, verdade, justiça e reparação, seu lugar neste cenário já estava dado, estavam lá por serem “algo de alguém”. Contudo, a “herança política e reivindicatória” fez com que eles pudessem ser alvos da mesma estrutura que provocou as violências que denunciam. É em função disto que, de acordo com Matos, Santos & Silva (2012, p. 139):

Antes mesmo de se estabelecerem como um grupo atuante na causa desses perseguidos políticos, a procura por pais, irmãos, filhos, maridos e esposas engajados na resistência passou a fazer parte da vida destas pessoas, que, por vezes, sofriam ameaças dos órgãos da repressão para que interrompessem suas buscas.

---

<sup>14</sup> Original: “Se construye social y históricamente una identidad a partir de una ausencia: familiares de, [...] hijos de, hermanos de, es el dolor del vínculo perdido el que les da entidad en lo social y los posiciona en su lucha por la verdad y la justicia, es su lugar de resistencia”.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

Uma das maiores questões, de ordem subjetiva, quando se vivencia a morte e/ou desaparecimento forçado é o luto. Quando alguém morre, inicia-se o processo de luto para quem ficou. Poder lidar com a morte, ter as informações, cumprir os ritos de passagem tradicionais de cada cultura ou religião, o reconhecimento social da perda, despedir-se simbólica ou fisicamente do morto faz parte de um luto com o qual é possível fechar um ciclo, mesmo que ainda existam permanências de ordem sentimental. Contudo, nem sempre este processo é algo viável, ou mesmo concedido. Para aqueles que perdem entes queridos em situações em que não há o retorno do corpo, lhes é tirado a chance da devida elaboração do luto, dificultando o encerramento emocional e subjetivo causado pela morte. Segundo Eliacheff & Larivière (2012, p. 68),

‘O luto’, diz a psicoterapeuta Alice Miller, ‘é a dor de saber que as coisas se passaram como se passaram e que nada poderá modificar o passado’. O trabalho do luto é esse combate interior, consciente e inconsciente, que consiste em recusar-se a admitir o irremediável, mesmo sabendo que é preciso submeter-se a ele, sofrê-lo e aceitar consolar-se com o tempo. [...] O luto sem cadáver não é impossível, mas a espera de um retorno miraculoso pode ser uma tortura: como deixar de esperar quando nada vem objetivamente colocar um ponto final à esperança?

No caso de uma morte ou desaparecimento como consequência de um sequestro, o sofrimento se inicia muito antes da morte de fato. Como o sequestro funciona quase como uma cegueira completa, já que nada se sabe e nada é dito sobre a pessoa, nem mesmo a questão de estar vivo ou morto pode ser respondida. Esta técnica é proposital para causar uma cegueira e inércia, tanto para quem está dentro quanto para quem está fora. Quando após a paralisação causada pelo sequestro se descobre um resultado de morte (com ou sem corpo), as inquietações surgidas na tensão de não saber nada se perpetuam, porém agora de forma definitiva com relação a outros aspectos. De acordo com Mauricio Salama (*Apud* Bevernage, 2018, p. 95),

Os sequestros permanecem privados de qualquer identidade, não se sabe se estão mortos ou vivos, e no último caso se estão detidos e onde. Isso gera ambiguidades de todos os tipos, das quais as lesões psicológicas são os resultados mais graves. Os parentes acabam se relacionando com as ausências que se convertem em ‘fantasmas’. [...] Temos que enfrentar a ausência, que, por sua extrema dor, não é um processo comum de luto. Trata-se de um ‘luto sem objeto’. É o vazio, a perda absoluta, a morte sem cadáver e sem enterro [...] Todas essas relações distorcidas são causadas por este ato bárbaro de sequestro. As famílias pedem a verdade para poder enfrentá-la.

A esperança nutrida por familiares é ainda mais complexa para uma criança, isso porque o adulto tem à sua disposição mecanismos de compreensão e elaboração da situação,



além de algum grau de informação sobre o ocorrido. Para os pequenos, não havia ainda clareza o suficiente para apreender todas as camadas objetivas e subjetivas existentes entre militância, repressão e morte. Explicar um processo de luto, ou mesmo o motivo de alguém ter morrido, mas ninguém saber como ou por que, e a ausência do corpo para velar aprofundava ainda mais o caráter etéreo e especulativo sobre possibilidades outras. Como cresceu sem o pai, Tessa viveu exatamente a questão descrita, e diz no *Infância Roubada*:

Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia. Na verdade, isso foi uma fantasia que eu fiz quando tinha uns 9, 10 anos. Creio que isso se deve também à ausência do corpo, o fato de não haver um túmulo, qualquer coisa para fazer o rito, aceitar minimamente que aquela pessoa está de fato morta (Lacerda *Apud* São Paulo, 2014b, p. 285).

Em consonância com o que foi dito por Tessa, há um dos trechos relatados por Rosana<sup>15</sup> em sua participação no *15 filhos*: “[...] eu fiquei assim, triste, né, pelo que ocorreu, pelo fato de saber que ele nunca mais ia tá voltando, né, e que essa esperança realmente tava... tava acabada, né, que realmente não, não podia mais ter expectativa dele tá voltando mesmo” (Momento *Apud* Nehring & Oliveira, 1996, 5”52’-16”09’). A partir dos relatos de Tessa e Rosana, é possível ver a similaridade do tema, que pode ser compartilhada por qualquer outra criança que perdeu alguém que é considerado desaparecido político.

Como explicar para uma criança que aquele adulto, com quem conviveu e tinha uma ligação, subitamente sumiu? Como explicar uma morte sem um como, quando, onde, por que, e um corpo para materializar? Para Tessa, a verdade sobre seu pai foi fornecida posteriormente, quando já era maior, até pelo fato de a morte ter sido antes dela nascer. Porém, há casos em que a oferta da verdade foi dada logo que a morte acontecia, como foi para os dois irmãos Gomes<sup>16</sup> mais velhos, e assim conta Vlademir: ““Enquanto vocês estavam

<sup>15</sup> Rosana de Moura Momento é filha de Maria José de Moura Momento e Orlando Momento, ele militante. Fez parte da Guerrilha do Araguaia, e a data de sua morte é incerta, podendo ter sido em dezembro de 1973 ou janeiro de 1974. Rosana descobriu sobre seu pai apenas quando já era maior de idade. Orlando é um desaparecido político.

<sup>16</sup> Vlademir, Virgílio Filho (Virgílinho), Gregório e Maria Isabel Gomes da Silva são filhos de Ilda Martins da Silva e Virgílio Gomes da Silva, ele militante. O tio paterno, Francisco (Chiquinho) também militava. Em 1969, o pai foi preso e morto sob tortura; Ilda foi sequestrada, torturada e ficou presa incomunicável por meses. À exceção de Gregório, todos os membros da família foram presos. As outras três crianças foram sequestradas,



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

lá em São Sebastião, que vocês foram presos, cê viu que seu tio foi preso também’, que era o irmão do meu pai, ‘e aconteceu que teu pai foi preso e mataram ele’. Assim, falou na lata, assim” (Gomes *Apud* Nehring & Oliveira, 1996, 8”42’-8”54’). Independente de saber na hora ou depois, ter as informações ou não, o movimento de ainda manter esperança de que as coisas possam ser diferentes poderia persistir. Segundo Matos, Santos & Silva (2012, p. 140),

Observa-se, no entanto, que há, entre os parentes dos que desapareceram, uma esperança velada de que os mesmos retornem. O momento em que esse sentimento deixa de existir é quando a morte se repete. Se antes foram braços brutos que os assassinaram, depois é o silêncio que os permite continuar morrendo.

Um outro aspecto em relação ao luto, ou no caso de familiares de desaparecidos, a impossibilidade deste, é o tempo e o modo em que os processos subjetivos de lidar com a perda e a ausência (repentina ou não) acontecem. Como além de ser fortemente subjetivo, a forma como alguém lida com uma morte é extremamente pessoal e particular, não há uma forma única ou correta de como vivenciar esse momento e nem precisar quanto tempo essa fase dura, ou mesmo se poderia ser considerada uma fase ou não. Pois o luto, de acordo com Eliacheff & Larivière (2012, p. 69), “[...] não procede de uma decisão; bem ou mal, fica-se de luto mais ou menos por razões que dizem respeito à história do sujeito, [...] às relações que tinha com a pessoa que perdeu [...] Os diferentes membros de uma mesma família não serão afetados da mesma maneira [...]”.

No caso de desaparecimento forçado, a possibilidade do luto não é impossível, apesar de consideravelmente muito mais difícil, e assim, a particularidade da maneira e do tempo necessário para lidar é acentuada. No depoimento das irmãs Iara e Isabel<sup>17</sup> em *Infância Roubada* ficou nítida a discussão sobre, apesar de ser mais complicado, não ser impossível, mas que ele e a ausência podem conferir um caráter permanente que se manterá por tempo indeterminado:

Porém, além da morte de nossos pais de forma tão violenta, quando éramos muito pequenas, e de toda a falta que eles fizeram [...] No entanto, toda essa vivência foi o que nos impeliu muito fortemente, cada uma da sua maneira, a buscar uma

---

presenciaram o tio Francisco ser torturado. Após a soltura, Ilda e as crianças se exilaram em Cuba. Virgílio é um desaparecido político.

<sup>17</sup> Isabel e Iara Lobo de Figueiredo são filhas de Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo e Raimundo Gonçalves de Figueiredo, ambos militantes. Em abril de 1971, em Recife/PE, Raimundo foi baleado, preso e morto por agentes do DOPS/PE. Em março de 1972, no Rio de Janeiro, Maria Regina foi morta no evento conhecido como Chacina de Quintino. Raimundo é um desaparecido político.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

superação, um conforto, muito embora isso seja trabalho para todas as nossas vidas  
(Lobo *Apud* São Paulo, 2014b, p. 194).<sup>18</sup>

É certo que o convívio com a morte ou a ausência imaterial afeta aquele que o vive das formas mais variadas possíveis, podendo se enraizar tão profundamente que fica difícil separar certas questões. Embora o campo subjetivo seja mais claramente reconhecido como afetado, seus desdobramentos podem levar a outros campos da vida, como o interpessoal, o acadêmico, o profissional e outros, isso quando não se tornam entrelaçados. Nesse sentido, as trajetórias acadêmica e profissional de algumas dessas crianças foram influenciadas pelas histórias violentas que viveram em carne própria, mas principalmente, no contexto familiar. Tessa seguiu pelo caminho da Filosofia, cumprindo todo seu percurso acadêmico na área e entendendo o encontro entre o pessoal e o público. Em mais de um momento de produção intelectual, Tessa caminhou entre o que é particular a sua história de vida e os critérios necessários para o trabalho intelectual<sup>19</sup>. Em maior ou menor grau, a Tessa indivíduo não só apareceu como influenciou a Tessa filósofa, que em dado momento de seu depoimento no *Infância Roubada*, apontou:

Depois de todo esse percurso, eu fui estudar filosofia. Fiz toda a minha formação em filosofia, virei professora e em 2011 [...] Eu consegui fazer um texto sobre a filosofia política de Espinosa. Um texto acadêmico, mas falando da história de

<sup>18</sup> Vale destacar que, na fonte, não há distinção sobre qual irmã fala o que, já que o depoimento é apresentado em conjunto como um só para as duas.

<sup>19</sup> Um de seus trabalhos em que tal movimento fica evidenciado é no artigo científico ‘*Victim*’: *What Is Hidden Behind This Word?*, de 2016. Já na introdução, Lacerda (2016, p. 180) escreve: “ Eu nasci em 1974, no auge da ditadura. Meu pai, Gildo Macedo Lacerda, militante político da organização clandestina Ação Popular, havia sido assassinado sob tortura alguns meses antes. Minha mãe, Mariluce Moura, também militante da mesma organização, estava presa quando recebeu a notícia do falecimento de seu marido. Apesar de grávida, a minha mãe foi submetida a torturas físicas, razão pela qual, quando criança, fui alvo de um intenso acompanhamento médico, com o objetivo de apurar se tinha alguma consequência fisiológica da violência a que a minha mãe tinha sido sujeita. No entanto, nunca me identifiquei com a palavra "vítima" e, até recentemente, nunca tinha sequer refletido sobre as razões que me levaram - e, de certa forma, ainda levam - a resistir a empregar o termo para exprimir o sofrimento que a ditadura me infligiu. O corpo do meu pai nunca foi devolvido à família, o que nos impediu de chorar adequadamente a sua morte inaceitável. E, mesmo assim, tenho-me absterido de lhe chamar vítima da ditadura. A pergunta, mais uma vez, é porquê?. [Original: “I was born in 1974, at the height of the dictatorship. My father, Gildo Macedo Lacerda, a political militant with the clandestine organization Ação Popular (literally ‘popular action’), had been murdered under torture a few months prior. My mother, Mariluce Moura, also a militant operating within the same organization, was behind bars when she received the news of her husband’s passing. Despite being pregnant, my mother was subjected to physical torture, which is why, as a child, I was made the object of intensive medical scrutiny, aimed at ascertaining whether I bore any physiological consequences of the violence my mother had been subjected to. Nonetheless, I could never self-identify with the word ‘victim,’ and, until recently, had never even reflected on the reasons that led me – and to some extent still do – to resist employing the term to express the suffering the dictatorship inflicted upon me. My father’s body was never returned to the family, which prevented us from adequately mourning his unacceptable death. And still I have refrained from calling him a victim of the dictatorship. The question, once again, is why?”].



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

Gildo. Isso para mim foi uma grande vitória. É um texto de quinze páginas, é pouco, mas foi a maneira que consegui trabalhar nisso (Lacerda *Apud* São Paulo, 2014b, p. 286).

Outra que foi profundamente tocada foi Janaína<sup>20</sup>. Sua formação acadêmica se deu na área de História, e já durante a graduação, se envolveu com o recorte temporal da ditadura e a questão dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura. Sua mãe e sua tia já faziam parte da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) neste momento, pois seu tio André Grabois é um desaparecido, mas sua aproximação se deu também por outros caminhos. Para a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEV-SP), ela contou que:

[...] eu queria estudar Brasil Colônia, para não ter que estudar ditadura, mas as coisas foram se encontrando, né? Até que houve a descoberta da Vala de Perus que eu vi estas mulheres fantásticas vindo para o arquivo do IML [...] E esse pessoal pesquisando lá e eu falei, gente, mas cadê a universidade, cadê, e aí eu fui incorporando que eu tinha que ajudar como militante e como historiadora, então fui, acabei participando da Comissão que cuidava dos desaparecidos da Vala de Perus que a Erundina montou. Foi montada em 1990, e eu participei em 1992, não é? E a partir daí por diante eu comecei a pesquisar e participar da organização do dossiê dos mortos e desaparecidos de 1995 e 1996, o de 2009. A gente ficou três, quatro anos pesquisando no antigo DOPS, quase que exclusivamente, fazendo de graça. [...] Depois então eu fui entrando na pesquisa acadêmica, mas sempre ajudando a reconstruir a história da morte e da vida destas pessoas, não é? E acabei fazendo mestrado sobre a história das famílias dos mortos e desaparecidos no Brasil, e naquele momento eu já comecei a comparar com a Argentina [...] (Teles *Apud* São Paulo, 2014a, p. 1587).

Após a aproximação inicial durante a graduação, toda a sua trajetória acadêmica depois foi relacionada ao tema da ditadura, de mortos e desaparecidos políticos, da memória sobre aqueles anos, projetos de história oral e afins. E assim, ainda para a CEV-SP, ela própria definiu: “[...] a minha evolução profissional foi caminhando um pouco com os novos fatos políticos, com a conjuntura política e eu, acabei atuando tanto como historiadora como militante” (Teles *Apud* São Paulo, 2014a, p. 1588).

Segundo Maria Rita Kehl (2010, p. 125), a dor representa “[...] aquilo que temos de mais singular, o modo de cada um padecer e adoecer [...]”, ser aquele que permanece enquanto outros se vão também o é. Aqui, não é só uma dor, a vivência de um sofrimento, a perda de alguém, é uma ruptura brusca e profunda, ocorrida de maneira brutal, sem

<sup>20</sup> Janaina e Edson Luis de Almeida Teles são filhos de Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e César Augusto Teles, ambos militantes. Em 1972, o casal foi preso e torturado. Ao mesmo tempo, Janaina, Edson e a tia materna Crimeia, na época grávida, foram sequestrados, presos e presenciaram seus pais após sessões de tortura. Amelinha permaneceu presa até 1973, e César até 1977.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

mecanismos suficientes para lidar, e em alguns casos, até o desenvolvimento de um quadro de padecimento físico.

A dor de se perder alguém é socialmente reconhecida, independente do meio cultural, social ou religioso que se está envolvido. Se tornar órfão, seja de pai, mãe ou ambos, costuma ser entendido como algo que terá seu caráter irrevogável no que aquela pessoa viveu e sentiu.

Contudo, há uma diferença entre o reconhecimento externo da perda e a consideração da fratura subjetiva e emocional causada pela morte. Como todos eles perderam seus parentes por motivações políticas, dentro de um regime violento e ditatorial, a dor da perda não foi devidamente reconhecida pela sociedade. A legitimação de que os sentimentos provocados pela morte abrupta eram legítimos poderia conferir uma validade ao argumento de que o Estado brasileiro fez uso de práticas arbitrárias para eliminar seus oponentes (que de certo modo ainda eram “filhos deste solo”). A perda, o luto, ou sua impossibilidade, muitas vezes foram vividas de forma isolada, privada, sem reconhecimento social, compartilhada apenas por outros parentes e militantes. Deste modo, os sentimentos provocados são potencializados quando há essa inequação entre o que se sente e o que a sociedade espera. Segundo Eliacheff & Larivière (2012, p. 70-71),

Nem todo mundo é capaz de virar a página no momento em que a sociedade lhe sinaliza que chegou a hora e que ela lhe deu tudo que era possível esperar em matéria de reparação e, claro, a ressurreição do morto não faz parte disso. [...] Quando a sociedade civil decreta unilateralmente e em boa consciência que está tudo certo, os familiares das vítimas, que não estão na mesma temporalidade, vivem isso como uma exclusão às vezes tão dolorosa quanto o luto que atravessam.

As reparações posteriores, de cunho simbólico, legal-judicial, memorial ou outros em certa medida ocupam um papel de reconhecimento público do sofrimento imputado a terceiros e afetados diretamente. Porém, esse tipo de ação tem um alcance restrito, seja pelo fato de que está chegando tarde às famílias, muito tempo após o ocorrido, como pelo limite de que isso não trará o morto de volta, ou cumprirá justiça pelos crimes cometidos. Além disso, esse tipo de política reparatória, no Brasil, ainda continua sendo uma política de governo e não uma política de Estado, que pode sofrer progressos e recuos a cada nova mudança de gestão federal.

Desse modo, há uma constante tensão, quase que um “cabo de guerra” invisível entre avanços e retrocessos a depender do momento político do país. Estes filhos viram seus parentes mais velhos envolvidos nesta disputa, o tempo passar, eles passarem a ocupar o



lugar de demanda, mais tempo passar, seus filhos chegarem à idade de poderem eles também se inserirem neste debate, mas nada realmente substancial e concreto ser feito ao longo deste período. Os culpados não são punidos, as informações continuam sendo negadas ou escondidas, os corpos não são devolvidos nem o paradeiro indicado, alguns ganhos não são cumpridos ou implementados, os avanços são retrocedidos, e para completar, ainda há revisionismos e negacionismos a serem combatidos.

É por esta razão que falas como a de Ernesto Carvalho<sup>21</sup> surgiram na CEV-SP, quando disse que “[...] essas homenagens são bonitas, mas isso não completa [...]” (Carvalho *Apud* São Paulo, 2014a, p. 1979), ou nas palavras de Tessa também para a Comissão: “Dá uma sensação de que, com todas as aspas, é uma história que não fecha” (Lacerda *Apud* São Paulo, 2014a, p. 1255). As irmãs Isabel e Iara vão além, ao explicitarem no livro que “É muito ruim perceber o ‘deixa disso’, sem ao menos as pessoas se colocarem em nossos lugares e pensarem o que sentiriam com a impunidade e com o descaso se fossem seus familiares” (Lobo *Apud* São Paulo, 2014b, p. 194). Neste mesmo sentido, mas com um forte cunho de crítica política influenciada pela sua participação em movimentos de familiares há anos, está Igor<sup>22</sup>, que disse para a CEV-SP:

[...] caiu a minha ficha assim e eu olhei, nossa nós viramos alvos de políticas públicas. Nós fomos uma política pública, tem política pública para a Educação, tem política pública para a Saúde e tem a política pública para os familiares. Então é uma política pública, então vamos fazer as medidas para que esse grupo social que não tem voto, que tem pouca expressão econômica, esse grupo social, ele vai ser alvo de uma política pública. E quando a gente sabe, e que a solução para esse pleito dos familiares ela está a nossa mão, ela está a nossa mão [...] (Olimpio *Apud* São Paulo, 2014a, p. 1546-1547).

No ano de 1996, ano do filme *15 filhos*, e em 2012-2015, quando as Comissões da Verdade estavam ocorrendo (especialmente CNV e CEV-SP), já apareciam ocasionalmente argumentos revisionistas ou negacionistas. Em diferentes escalas, contextos, personagens e intenções, o ponto é que pelo fato de a ditadura ainda ser um tema envolto em profundas

<sup>21</sup> Ernesto José de Carvalho é filho de Pedrina José de Carvalho e Devanir José de Carvalho, ele militante. Os três tios paternos, Daniel, Joel e Derly também eram militantes. Em abril de 1971, Devanir foi preso e assassinado sob tortura, e Pedrina foi presa. Em julho de 1974, os tios Daniel e Joel foram assassinados em Foz do Iguaçu/PR. Ernesto foi exilado no Chile, Argentina e Portugal com a mãe e o irmão. O pai Devanir e os tios Daniel e Joel são desaparecidos políticos.

<sup>22</sup> Igor Grabois Olímpio é filho de Victória Lavínia Grabois Olímpio e Gilberto Olímpio Maria, ambos militantes. Gilberto e Victória entraram na clandestinidade em 1964, e Igor nasceu clandestino. Gilberto, o avô Mauricio e o tio André fizeram parte da Guerrilha do Araguaia. Gilberto foi assassinado no natal de 1973. Igor, a mãe Victória e a avó Alzira permaneceram na clandestinidade até 1979. Gilberto, Mauricio e André são desaparecidos políticos.



discussões mal resolvidas na sociedade, argumentos deste tipo sempre estarão presentes. Em 2013, Ernesto Carvalho deu seu depoimento para a Comissão paulista, ele comentou sobre um caso ocorrido próximo àquela data. Ao mesmo tempo em que relatou uma fala revisionista de um personagem conhecido na cultura brasileira, também deixou claro sua revolta com este tipo de situação:

Se vocês me permitirem, farei um desabafo, esses dias tem um debate feito na internet, que o cantor Lobão, não sei se vocês acompanharam isso, o cantor Lobão, já é de praxe ele falar bobagem, [...] ele já disse que a ditadura arrancou umas unhazinhas e se me desculpem o desabafo e a linguagem, mas ele disse na última entrevista dele que ele queria que as vítimas da ditadura se ‘fodessem’. Então, eu não sei se tem alguém da imprensa, mas eu quero dizer o seguinte Lobão, ‘foda-se’ você seu ‘filho da puta’ (Carvalho *Apud* São Paulo 2014a, p. 1976-1977).

Quando, ao mesmo tempo, Ernesto deu seu testemunho sobre o passado próprio e o familiar para a comissão, discorreu sobre questões atuais do presente como o negacionismo, ele demonstrou o caráter único e complexo dos testemunhos. Embora possam ser identificados individualmente, tais aspectos são indissociáveis e se juntam a outros vários. Revisitando Janaina Teles (2009, p. 157), aqui enquanto historiadora, é necessário atentar-se a

Essa ambiguidade dos testemunhos, a de afirmação e de negação do ‘real’, acompanha [...] familiares de mortos e desaparecidos políticos. Na busca por informações sobre os seus tornaram-se sobreviventes. [...] No relato está contida a postergação da tomada de consciência da perda e o *negacionismo* torna-se especialmente macabro e *perverso* quando confrontado com o drama da irresponsabilidade do vivido pelo sobrevivente.

Independentemente de como o tema da ditadura é tratado e as várias camadas e matizes existentes no debate público, é quase impossível negar os sentimentos difíceis, complexos e dolorosos que aqueles que vivenciaram ou são familiares sentiram durante todo este tempo. Como dito anteriormente, há quem perdeu alguém quando já tinha certa idade, e por isso, teve a chance de conhecer, conviver, criar relações, e conseqüentemente, a possibilidade de memórias próprias sobre aquele determinado parente. Por outro lado, há aqueles que não tiveram essas mesmas oportunidades, pois a morte ocorreu antes de nascerem ou quando eram pequenos demais para ter qualquer consciência, por ainda serem bebês ou crianças de colo.

Como este ponto de partida terminou por alterar as relações subjetivas que a criança teve com a questão da ausência, da morte, do desaparecimento, da compreensão do que



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

ocorreu, também alterou tudo o que veio após. O momento de recebimento da notícia da perda e o último contato poderiam atrelar uma carga muito pesada. Clóvis<sup>23</sup> conheceu seus irmãos mais velhos, conviveu ativamente e criou laços, além de se lembrar da última vez que viu cada um dos três irmãos mais velhos. A diferença de idade entre os cinco irmãos Petit não era grande, visto que a diferença entre o primogênito Lúcio e o caçula Clóvis era de treze anos, enquanto o lapso entre a quarta filha Maria Lúcia e Clóvis era de seis anos. Como sua família já era composta sem uma figura paterna (tanto dele quanto dos irmãos), quem ocupou esse lugar parental paterno foram os irmãos. A memória mais nítida sobre o último encontro foi sobre Lúcio, as lembranças de seus aprendizados sobre política foram com Jaime, e sua relação mais íntima e próxima era com Lúcia. Em meio a isso, no depoimento de Clóvis em *Infância Roubada*, é dito:

Depois ele [Jaime] foi para o Araguaia, nós não tivemos mais contato com ele. O último que eu vi foi o Lúcio. Ele foi para Bauru em 1971 mais ou menos [...] Eu acompanhei o Lúcio até a estação rodoviária. Me despedi dele e nunca mais o vi. Ele falou que voltaria para me buscar um dia. ‘Fica aí cuidando da mãe, mas um dia eu volto para te buscar’. [...] Nós não sabíamos que eles estavam no Araguaia, não sabíamos onde eles estavam. Eles foram para lá entre 1970 e 1971, mais ou menos. E foi no começo da luta da Anistia, em 1977, que nós ficamos sabendo que a Maria Lúcia tinha morrido e que eles tinham ido para essa região. [...] quando eu fiquei sabendo da morte da Maria Lúcia, fiquei muito revoltado. Ainda passei por um período de esperança de que algum deles estivesse vivo, ou o Jaime, ou o Lúcio (Petit *Apud* São Paulo, 2014b, p. 250-251).

No caso da família Petit, eles conseguiram a devolução dos restos mortais de um de seus membros, mais especificamente, o de Maria Lúcia em 1996, enquanto Jaime e Lúcio continuam desaparecidos. Mesmo com a possibilidade de um luto tradicional com relação à irmã agora sendo possível, seus sentimentos de revolta e indignação permaneceram. Tanto que Clóvis segue:

Sobre o sentimento de não ter encontrado [os corpos dos irmãos], não tem nem o que falar. Isso é muito difícil. Minha mãe sempre teve essa esperança de encontrar os filhos. Ela conseguiu enterrar a Maria Lúcia e dizia que esperava até antes de morrer também enterrar o Lúcio, o Jaime. Ela tinha essa esperança de que ainda fosse conseguir isso. Mas ela se foi, talvez a gente se vá também. Quando comecei essa luta eu era adolescente e já estou de cabelo branco. A gente vai envelhecendo, mas enquanto tiver uma bengalinha, se pudermos dar uma bengalada, daremos (Petit *Apud* São Paulo, 2014b, p. 251)

<sup>23</sup> Clóvis era filho do segundo casamento de Julieta Petit e era o mais novo de cinco irmãos, sendo eles Lúcio, Jaime, Laura e Maria Lúcia. Todos os irmãos mais velhos eram militantes. Maria Lúcia, Jaime e Lúcio fizeram parte da Guerrilha do Araguaia, e morreram em 1972, 1973 e 1974 respectivamente. Em 1996, a ossada de Maria Lúcia foi encontrada, identificada e devolvida à família, sendo um dos poucos casos de retorno dos restos mortais. Os irmãos Jaime e Lúcio são desaparecidos políticos.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

Do outro lado, temos casos como o de Ernesto Carvalho, Chico<sup>24</sup> e Tessa. Ernesto perdeu os pais e os tios, e Chico a mãe, quando eram muito pequenos, enquanto com Tessa foi antes mesmo de nascer. Boa parte, se não tudo o que conhecem sobre seus pais (e para Ernesto também os tios) foi contado ou mostrado por outros que os conheceram em vida. A maioria de suas memórias não são originalmente suas, porque não viveram de forma lúcida. Mesmo as histórias sobre quando já eram nascidos, enquanto bebês, não são totalmente suas porque não foram vivenciadas conscientemente em função da idade. Nesse caso, segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 110), é preciso ter em mente que “Às vezes, no lugar vazio dos desaparecidos não há nem haverá nada, exceto a lembrança de um sujeito que *não* lembra [...]”.

Chico reconheceu tal movimento, e em sua participação em *15 filhos*:

Eu não lembro qual é a referência que me davam dela. São coisas, na verdade, de fotos, de uma coisa... daquela relembração construída. [...] Ninguém me disse que a minha mãe morreu. A família inteira, de maneira geral, nunca conversou. Porque eu acho que a família... todo mundo procurou muito, foi um esforço muito grande de procurar, e foi uma frustração muito grande não encontrá-la (Guariba *Apud* Nehring & Oliveira, 1996, 3”47’-3”56’, 16”10-16”23’).

Já Ernesto, além da percepção sobre a ausência de memórias próprias sobre quem foram seu pai ou tios, falou sobre a idade em que morreram. Devanir, Daniel e José não chegaram a completar trinta anos, e tanto em 2013, aos quarenta e cinco anos, em seu depoimento para *Infância Roubada* quanto hoje em dia, Ernesto é mais velho do que qualquer um deles pôde ser.

Meu pai morreu com 27 anos, e meus tios com 20 e poucos também. [...] No Brasil, quando eu tinha 3 anos, por exemplo, não me lembro de nada da figura do meu pai, não me lembro de nenhum momento com ele. Até para reconstituir a imagem dele eu levei muito tempo, porque nem fotos a gente tinha (Carvalho *Apud* São Paulo, 2014b, p. 172).

O relatado por Ernesto e Chico também é parte do que Tessa contou, mas sua versão tem os mesmos elementos de forma mais acentuada. Isso se deve ao fato de que ela já nasceu órfã, e nem mesmo o contato com o pai enquanto estava dentro da barriga da mãe ela teve, porque quando Gildo morreu, sequer sabiam da existência da gravidez. Tudo o que ela teve do pai foi a escolha do nome, ocorrida por um acaso, quando conta: “E durante a viagem

<sup>24</sup> Francisco Guariba(Chico) é filho de Heleny Ferreira Telles Guariba e Ulisses Telles Guariba Netto, ambos militantes. Em julho de 1971, Heleny foi presa e assassinada sob tortura na chamada Casa da Morte, em Petrópolis/RJ. Heleny é uma desaparecida política.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado

falaram [os pais]: “Se tivermos um filho com a, que nome você gostaria?” “Se fosse menino... se fosse menina...”, com b, com c... Com t, ele falou “Tessa”, aí ela falou, “Gostei desse nome” (Lacerda *Apud* São Paulo, 2014b, p. 286). Durante sua participação no filme *15 filhos*, Tessa teve uma fala muito impactante, sobre como se sentia com essa ausência completa do pai e, dentro disso, imaginar e construí-lo para logo depois ter que matá-lo, ou ao menos demarcar que não existia mais.

E até hoje é difícil você aceitar uma morte que não é material, que você não tem... Mais que isso, mais que não... que essa imaterialidade da morte, para mim, ainda, a imaterialidade da vida. Porque eu não tenho, eu não... eu não conheci, né, o meu pai. Então é absolutamente pirante cê... tentar, por um lado, imaginar como seu pai era e, por outro, aceitar que isso que cê imaginou, morreu (Lacerda *Apud* Nehring & Oliveira, 1996, 16”23’-17”06’).

No fim, além da similaridade do passado com uma marca permanente de uma ausência forçada, há também uma similaridade no após, mas aqui, falamos especificamente sobre o desejo comum que passaram a possuir. Mais do que um simples desejo, o tom é de reivindicação e demanda. O que eles querem é simples, assim como o direito inalienável geralmente relacionado à figura materna, os filhos também demandam, sob uma justificativa profundamente emocional e subjetiva, que eles possam descobrir o que houve com seus pais e a chance de velá-los, e de acordo com Desirée Azevedo (2019, p. 245),

[...] o desaparecimento forçado é uma violação múltipla de direitos fundamentais (à informação, à integridade psíquica e moral e à justiça). Direitos, a um só tempo, individuais e coletivos, das vítimas e da sociedade, e em relação aos quais se definem responsabilidades estatais extensivas.

Nesse sentido se encontra a fala de Virgilinho, mas que se encaixaria em qualquer uma das histórias parecidas: “Outra coisa super importante é chegar ao encontro dos restos mortais dos desaparecidos. Essa luta tem de continuar, não importa quanto tenha de escavar, alguém tem que saber onde estão. Não falo só do meu pai, falo de outros vários que estão desaparecidos até hoje” (Gomes *Apud* São Paulo, 2014b, p. 77).

No mesmo sentido de Virgilinho, e fazendo uma associação com a *Antígona*<sup>25</sup>, Tessa falou no livro sobre o desejo da criança que foi e as questões percebidas pela adulta de hoje:

É uma necessidade do ser humano de sepultar seus mortos, fazer o luto, fechar o ciclo em certo sentido. Jamais eu vou abandonar essa história, nem se eu quisesse

<sup>25</sup> *Antígona* é uma tragédia grega escrita por Sófocles em aproximadamente 442 a.C. A história gira em torno da morte de um dos irmãos da personagem-título e a proibição pelo regente da cidade de Tebas de enterrá-lo. Apesar da proibição, *Antígona* inicia uma disputa política e simbólica para poder realizar os rituais fúnebres de sepultamento e luto do irmão, mesmo que pagasse com sua própria vida por tal ação.



Caroline Rios Costa

“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
*ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

eu poderia dar as costas para a história do meu pai, para a história do Brasil. Mas eu queria – e aí é a criança que está dizendo – enterrar o meu pai. Não adianta me explicar cientificamente que não dá. É muito doloroso. [...] Para mim, a maior dor é não poder enterrar o meu pai (Lacerda *Apud* São Paulo, 2014b, p. 287).

De forma ainda mais incisiva, Telma fechou seu relato na CEV-SP com esta invocação:

Nós queremos. Nós precisamos. Enquanto nós não soubermos como tudo aconteceu, enquanto os arquivos não forem abertos, enquanto a gente viver com essa dúvida, nós não podemos ter tranquilidade. É um fantasma que nos atormenta. É um fantasma. Então, a partir de hoje, o que eu peço é muito pouco. Eu acho que falo em nome de todos os filhos. Nós queremos saber onde estão os nossos pais. É um direito. É um direito (Lucena *Apud* São Paulo, 2014a, p. 2419).

### Considerações Finais

O ponto de partida não poderia ser outro que não a família. É por causa delas que estas crianças tiveram uma infância diferente, tanto do ponto de vista interno, do dia a dia e como foram suas criações, quanto externo, de como entraram em contato com o Estado repressivo e as disputas daqueles tempos. Se o espaço da casa e da família são o primeiro elo de sociabilidade de uma criança com o mundo, resulta difícil desvincular o quanto de cada está ligado a algo visto, escutado, aprendido ou acontecido no espaço privado.

Para aqueles cujas alterações familiares decorreram de ações extremamente violentas e imutáveis, como assassinato e/ou desaparecimento forçado, a ruptura provocada é permanente. Alguns foram testemunhas destes crimes, e viram parentes serem sequestrados, torturados e/ou assassinados na sua frente, o que também se constitui como mais uma violência provocada. No caso de um desaparecimento forçado, não só a ruptura como o próprio crime é continuado, uma vez que a ausência do corpo é uma constante dada. Como o desenvolvimento e a compreensão do que ocorreu se deu ao longo da vida, a elaboração foi atravessada pelo contexto, tanto pessoal quanto social, do momento no qual acontecia. Segundo Teubal (2010, p. 84),

[...] a possibilidade de elaboração do luto e da situação traumática pela qual passaram [...] estava sob a influência alienante dos discursos sociais durante a ditadura e pelos diferentes discursos que surgiram a partir do período da democracia. A presença constante de fatores de retraumatização - sendo a impunidade a principal - e o desenvolvimento de diferentes formas de resposta social constituem o pano de fundo contra o qual as diversas respostas individuais ao trauma têm se desdobrado (*tradução livre*).<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Original: “[...] la posibilidad de elaboración de los duelos y de la situación traumática que atravesaron [...] estuvo bajo la influencia alienante de los discursos sociales durante la dictadura y por los diferentes discursos



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

Em função de seu caráter continuado, o crime do desaparecimento é algo que nunca passa realmente, mesmo na possibilidade do retorno dos restos mortais. A desestruturação causada pela ausência definitiva, agravada pela forma como se deu e a idade que tinham quando tais fatos ocorreram fez com que tal ruptura fizesse parte constitutivas das subjetividades destas crianças. O esforço de narrar suas memórias (ou ausência delas), de demarcarem seus lugares nas narrativas sobre a resistência à ditadura militar é também um esforço de lidar com a violência que o Estado imputou a elas.

## Referências

Assis, Chico de; Tavares, Cristina; Filho, Gilvandro; Brandão, Glória; Duarte, Jodeval. **Onde está meu filho? História de uma desaparecido.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Azevedo, Desireé de Lemos. Os nossos mortos e desaparecidos: reflexões sobre a construção da noção de desaparecimento político no Brasil. *In: Amadeo, Javier (Org.). Violência de Estado na América Latina: direitos humanos, justiça de transição e antropologia forense.* São Paulo: Editora Unifesp, 2019. p.89-101/p. 231-265.

Bauer, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

Bevernage, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça.** Trad. André Ramos & Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018.

Brasil. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III).** Brasília: CNV, 2014.

Eliacheff, Caroline; Larivière, Daniel Soulez. **O tempo das vítimas.** Trad. Lucia Valladares. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

Fernandes, Ananda Simões. “Esta guerra no es contra los niños”: o sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. *In: Padrós, Enrique Serra; Nunes, Cármen Lucia da Silveira; Lopez, Vanessa Albertinence; Fernandes, Ananda Simões. (Orgs.). Memória, verdade e justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul.* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2011. p. 47-64.

---

que surgieron a partir del periodo de democracia. La presencia constante de factores de retraumatización – la impunidad, el principal de ellos – y el desarrollo de diferentes formas de respuesta social constituyen el trasfondo sobre el cual se han desplegado las variadas respuestas individuales frente a lo traumático”.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

Kehl, Maria Rita. Tortura e sintoma social. IN: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 123-132.

Lacerda, Tessa. Victim: what is hidden behind this word? **International Journal of Transitional Justice**, v. 10, n. 1, p. 179-188, 2016.

Nehring, Marta; Oliveira, Maria. **15 filhos**. Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring. 1996, 20 min. P&B. Elenco: André Herzog, Chico Guariba, Denise Lucena, Edson Teles, Ernesto Carvalho, Gregório Gomes, Janaina Teles, Joca Grabois, Maria Oliveira, Marta Nehring, Priscila Arantes, Rosana Momente, Telma Lucena, Tessa Lacerda, Vladimir Gomes.

Matos, Cecília Rebelo; Santos, Desirree dos Reis; Silva, Izabel P. Marcas da ausência: o drama dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *In*: Montenegro, Antonio T.; Rodeghero, Carla S.; Araújo, Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2012. p. 137-155.

PT. Partido dos Trabalhadores. **Dilma Rousseff sobre os horrores da ditadura militar**. 2021 (4m55s). Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 11 de maio de 2026.

São Paulo (Estado). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**, Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – 2013. São Paulo: Alesp, 2014a.

São Paulo (Estado). **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014b.

Sarlo, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Silva, Kalina Vasconcelos; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

Sousa, Deusa Maria de; Adão, Maria Cecília de Oliveira. Os familiares de desaparecidos políticos do Araguaia e a CNV: A luta por verdade e justiça. *In*: Dellamore, Carolina; Amato, Gabriel; Batista, Natália (Orgs.). **A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro**. São Paulo: Letra e voz, 2017. p. 261-276.

Teles, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *In*: Santos, Cecília M.; Teles, Edson; Teles, Janaina A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 151-176.

Teubal, Ruth V.; Bettanin, Cristina I.; Veiga, Clarissa E. ; Villalba, Maria; Palacios, Amalia; Rodríguez, María L. (Orgs.). **Memorias fraternas: la experiencia de hermanos de desaparecidos, tíos de jóvenes apropiados la última dictadura militar**. Buenos Aires: Eudeba, 2010.



Caroline Rios Costa

*“Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”:  
ausência parental e as consequências subjetivas do desaparecimento forçado*

**Submetido em:** 10 de fevereiro de 2026

**Avaliado em:** 06 de abril de 2026

**Aceito em:** 08 de maio de 2026